

DIREITOS HUMANOS

PROJETO DE EXTENSÃO NÚCLEO DE CIDADANIA E DEFESA DO CONSUMIDOR – CIDECON E A AÇÃO DO “PROJETO VOLANTE CONSUMIDOR MIRIM NAS ESCOLAS”

Eduardo César Vasconcelos Brito¹, Raquel de Lima Vieira D. Oliveira¹, Raimunda Vieira de Andrade¹, Gleydson Bezerra Ramos¹, Marina Josino da Silva Souza².

As ações desenvolvidas pelo Projeto de Extensão “Núcleo de Cidadania e Defesa do Consumidor – CIDECON”, projeto de extensão vinculado à Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba, possui como um de seus objetivos, fomentar a multiplicação de conhecimentos no que refere aos Direitos do Consumidor. É possível afirmar que a proteção ao consumidor já existe desde há muito. A partir do momento em que a sociedade deparou com a possibilidade de prover suas necessidades mais urgentes no contexto das relações comerciais, existiu o cuidado de introduzir no âmbito jurídico, determinadas providências objetivando o meio-termo entre as partes da relação. Entretanto, pode-se atribuir o seu desenvolvimento ao molde societário do século XIX, o qual era embasado no modelo liberal que possuía como padrão positivo a propriedade e a iniciativa privada. Sabe-se que foi somente depois da Segunda Grande Guerra, entretanto, que a economia atingiu o seu incremento em virtude do surgimento de novos insumos tecnológicos e também devido ao crescimento dos mercados mundiais. Sentiu-se a necessidade, devido ao aumento da produção e também do comércio, de proteger os cidadãos consumidores das consequências contraproducentes presentes na sociedade de consumo. Observa-se ainda, que, no que se refere à proteção do consumidor no contexto universal, alguns documentos tiveram importância capital, como por exemplo, a aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Resolução nº. 39/248, em 9 de abril de 1985, que trata das “Diretrizes para a proteção do consumidor” e também a Recomendação de 1988 do Conselho Econômico e Social dirigida ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas no sentido de cuidar para que fosse implantada. É dever do Estado, coordenar os procedimentos do mercado por meio do direito, e continuamente, quando for preciso, interferir naqueles no sentido de garantir o balanceamento entre as partes envolvidas. Considerando-se que havia uma falta de equilíbrio nas relações de consumo, nas quais, aquele que era considerado o provedor era beneficiado, enquanto o consumidor ficava desamparado, o que evidentemente, fazia brotar uma extenuação estrutural por parte deste, verifica-se que a proteção do consumidor teve origem a partir da constatação da exigência de se instituir um ponto de equilíbrio no âmbito das relações consumeristas. Nesta senda, foram desenvolvidas no decorrer da vigência do PROBEX 2015, dentre outras atividades, a elaboração da “Cartilha do Consumidor Consciente”, bem como, foram retomados os trabalhos do projeto volante “Consumidor Mirim nas Escolas”, por meio das oficinas pedagógicas. A elaboração de uma cartilha informativa foi de grande importância, uma vez que traz em seu corpo informações básicas, necessárias ao conhecimento de todos os consumidores. Dentro da cartilha são abordados pontos como: direitos básicos do consumidor; dúvidas frequentes na relação de consumo; os principais órgãos que auxiliam na defesa do consumidor, dentre outros temas. Essa atividade foi realizada por um grupo de alunos encarregados para tanto, os quais buscaram focar sua pesquisa na percepção dos reais anseios da população, e a partir de então, dar um suporte a fim de sanar determinadas dúvidas e oferecer um direcionamento para resolução de problemas relativos aos direitos do consumidor. A cartilha é composta de um *layout* atraente, uma

linguagem clara e concisa, tudo para o melhor entendimento e esclarecimento de todos que a lerem. No que diz respeito às atividades do projeto volante “Consumidor Mirim nas Escolas”, observou-se que o ensino-aprendizagem a partir do teatro, propicia a compreensão das relações sociais e a reflexão que o ser humano faz sobre o domínio de construção, desconstrução e reconstrução de realidades, bem como o conhecimento que o envolve. Portanto, levando em consideração as contribuições e implicações que o teatro propicia às escolas, é que o CIDECON traz a temática sobre os direitos consumeristas para dentro das salas de aula. Através desse trabalho, os alunos extensionistas realizam as ações junto às escolas da rede pública e privada de ensino do município de João Pessoa, para realizar oficinas cuja estrutura abarca várias atividades, como é o caso do teatro. Durante as apresentações, tudo é feito de uma forma lúdica, pois, dessa forma, as crianças e adolescentes podem absorver melhor o conteúdo passado e transmiti-lo aos seus familiares e à sua comunidade, tendo em vista que a intenção do projeto é levar o conhecimento a todos, transformando estes alunos em agentes multiplicadores, evitando que o conhecimento adquirido fique circunscrito à sala de aula.

Palavras-chave: relação de consumo, educação, oficina.

1. aluno do curso de Direito, bolsista, educvbrito@gmail.com; aluna do curso de Direito, colaboradora, raquel_jp@hotmail.com; aluna do curso de Direito, colaboradora, raimunda42@hotmail.com, aluno do curso de Direito, gleydsonbramos@hotmail.com, 2. orientadora/coordenadora, ccj, maradv83@hotmail.com